



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2019
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA
PAD nº. 147/2019

O **Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia**, entidade fiscalizadora do exercício profissional *ex vi* da Lei nº. 5.905, de 12/07/1973, com sede na Rua Marechal Deodoro, 2621, CEP: 76.801-106, CNPJ nº. 34.476.101/0001-55, torna público, na forma da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, e suas alterações, bem como subsidiariamente, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, ainda que não citadas expressamente, que se acha aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento do **MENOR PREÇO POR LOTE**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DA PROPOSTA: 17 de outubro de 2019

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 30 de outubro de 2019

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 629.292

1. DO OBJETO

- 1.1** O presente edital tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, ALIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE EVENTO.**
- 1.2** A contratação visa à realização do **I SIMPÓSIO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE RONDÔNIA**, conforme condições, especificações, e cronograma cuja as descrições estão presente no ANEXO I deste Edital.
- 1.3** O local para realização do evento deverá ser o mesmo daquele que fornecer os serviços de alimentação e infraestrutura do evento.
- 1.4** Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1.** Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto desta licitação, ocorrerão pela **rubrica nº. 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.028 Congressos, Convenções, Conferências, Seminários e Simpósios**, e serão alocados pelo Departamento Financeiro.

RUA MARECHAL DEODORO, 2621 - CENTRO

TEL: (69) 3223-2627/3223-2628

E-MAIL: licitacoescorenro@gmail.com

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2019



3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

3.1.1 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- d. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- e. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- f. Sociedades Cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.1.2 Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- g. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts 42 a 49.
- h. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
- i. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- j. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- k. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- l. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- m. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- n. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na



legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

4. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 4.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 4.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 4.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 4.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 3.6.1 Valor (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;
 - 3.6.2 Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as informações objeto conforme descrito no termo de referência, anexo I deste edital.
- 4.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 4.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 4.9 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.10 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 4.11 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I deste edital.
- 5.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido



- contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total de todos os itens.
- 5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 5.8.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.9 Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 5.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.13 O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.14 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 5.15 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.17 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação



automática para tanto.

- 5.20 Caso a licitante, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 6.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 6.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII- A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:
- 6.2.1 Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 6.2.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 6.2.3 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
 - 6.2.4 Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.
- 6.3 Os licitantes podem apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;
- 6.4 Para efeito do subitem acima, poderá haver adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;
- 6.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 6.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 6.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.9 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



- 6.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 6.12 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 6.13 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.14 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.15 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 6.16 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 A habilitação das licitantes será verificada por consulta on-line do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.
- 7.2 A licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou apresentar os documentos que supram tal habilitação.
- 7.3 Realizada a habilitação parcial no SICAF, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no item III – Participação, mediante consulta ao:
 - a) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;
 - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.
- 7.4 As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.
- 7.5 Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:
 - 7.5.1 Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
 - 7.5.2 Ao menos um (1) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante que comprove:
 - a) Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante executa ou executou contrato correspondente a 50% (cinquenta por cento)



- do valor estimado para a presente licitação;
- b) Será aceito o somatório de atestados ou declarações para comprovar a capacidade técnica, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços.
- 7.5.3 Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei 8.666/93. A comprovação será exigida somente no caso do proponente apresentar resultado inferior a 01 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, obtidos no SICAF.
- 7.5.4 A licitante deverá apresentar no ato da proposta o local, no qual pretende realizar o evento, conforme descrições contidas no ANEXO I deste Edital, o qual deverá ser aprovado pela comissão organizadora do evento, que emitirá documento de aprovação.
- 7.5.5 Comprovante de registro junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR) de que está autorizada a funcionar como “Organizadora de Eventos”.
- 7.6 Alvará ou autorização, emitida pela vigilância sanitária, onde conste autorização para fornecimento de alimentos.
- 7.7 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 7.8 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.
- 7.9 Os documentos que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compresnet no mesmo prazo estipulado.
- 7.9.1 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compresnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 7.9.2 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Conselho Federal de Enfermagem, para o endereço descrito no rodapé deste edital.
- 7.9.3 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 7.9.4 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, e a licitante comprovar a centralização do recolhimento de contribuições na matriz, quando então todos os documentos deverão estar em nome desta;
- 7.9.5 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.9.6 A não regularização da documentação, no prazo previsto na condição anterior,



implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.10 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

7.11 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

8. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

8.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

8.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

8.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

8.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac- símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

8.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 120 (cento e vinte minutos), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

9.1.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3 O prazo previsto no subitem 9.1 poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, desde que seja feita a solicitação justificada, dentro do prazo inicial.



10. DOS RECURSOS

- 10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.6 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.
- 10.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 O julgamento das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, sendo declarada vencedora a Licitante que apresentar o Menor Preço e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.
- 11.2 À contratação que se pretende não se aplica a adjudicação por item, por existir o entendimento desta Comissão de licitação de que haveria perda de economia de escala, caso fosse feita a adjudicação por item.
- 11.3 Ainda segundo a ASCE, considerando que o objeto possui pequenas quantidades de seus itens, fato que possivelmente tornaria a licitação desinteressante para o mercado, a adjudicação por preço global não só atrairá mais licitantes, como também possibilitará redução do preço de escala, já que uma única empresa fornecendo todos os materiais reduz consideravelmente o frete unitário e, por conseguinte, o valor total será mais vantajoso ao COREN.
- 11.4 Também sob a perspectiva técnica da ASCE, impende lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, por ser o mais adequado não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas, sobretudo, em termos de



facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto.

11.5 Por fim, cumpre salientar que entende-se não haver dano aos princípios constitucionais que norteiam o procedimento, como também às demais legislações aplicáveis.

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

12.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.3 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.5 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13. DA VISTORIA

13.1 As condições para a realização da vistoria estão disposta no item 5 do termo de referência, anexo I do edital.

14. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução do objeto do contrato será exercida por servidor nomeado pelo Contratante, nos termos do artigo 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital;

14.3 A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens do Termo de Referência –Anexo I do Edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1As obrigações do contratante e da contratada estão estabelecidas nos itens 6 e 7, respectivamente, do termo de referência, anexo I deste edital.

16. DAS SANÇÕES

16.1. As penalidades as quais estão sujeitas a licitante vencedora do pregão, se encontram descritas no item 11 do termo de referência, anexo I deste edital.



17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 17.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 17.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoescorenro@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do rodapé, na Comissão Permanente de Licitações.
- 17.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 17.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 17.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 17.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e no site do COREN www.coren-ro.org.br/ com vista franqueada aos interessados.



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

18.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência e Anexos;
- b) ANEXO II – Modelo da Proposta;
- c) ANEXO III – Modelo Declaração de Parentesco;
- d) ANEXO VI – Modelo de Declaração do Simples Nacional;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração Art. 27, inc. V da Lei n. 8.666/93;
- f) ANEXO VI – Minuta Contratual;
- g) ANEXO VII– Minuta Ordem de Serviço.

Porto Velho, 09 de outubro de 2019.

Ordenador de despesa:

**Aprovo o presente Edital e autorizo a
realização do Pregão Eletrônico.**

Silvia Maria Neri Piedade
Presidente
COREN-RO n. 92.597

Vanessa Sena Torres Araújo
Pregoeira



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2019

TERMO DE REFERÊNCIA CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA PROCESSO Nº 147/2019

1. OBJETO

- 1.1 O presente edital tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, ALIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE EVENTO.
- 1.2 A contratação visa à realização do I SIMPÓSIO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE RONDÔNIA, conforme condições, especificações, e cronograma cuja as descrições estão presente neste instrumento.
- 1.3 O local para realização do evento deverá ser o mesmo daquele que fornecer os serviços de alimentação e infraestrutura do evento.
- 1.4 A licitante classificada em 1º lugar deverá indicar na proposta o local para realização do evento bem como endereço específico, apresentando declaração de que preenche todas as exigências solicitadas neste Termo de Referência, para atender ao evento em geral.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Tendo como parâmetro o senso de responsabilidade social, bem como o compromisso de contribuir para o desenvolvimento da profissão de Enfermagem dentro do Estado de Rondônia, o Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia (Coren-RO), se vê na obrigação de lançar mão de estratégias que possam colaborar de alguma forma para a solução do cenário descrito, cujo reflexo se estenderá por vários segmentos, de modo a possibilitar uma melhoria das condições de saúde, zelando pela qualidade do serviço prestado e a pelo exercício correto da profissão.
- 2.2. Deste modo, o Simpósio de Responsáveis Técnicos apresenta-se como um ambiente que favorece a sensibilização da categoria, desenvolvimento da consciência profissional, formação e consolidação de valores importantes, como a dignidade da pessoa humana, bem como do aprimoramento de técnicas e conhecimentos que engradem o exercício da Enfermagem no Estado de Rondônia.
- 2.3. O presente projeto torna-se relevante na medida em que reconhecemos o Simpósio dos Responsáveis Técnicos de Enfermagem e Gestão dos Serviços de Enfermagem do Estado de Rondônia como um espaço importante para a reflexão profunda acerca dos verdadeiros valores contidos na essência desta profissão, uma vez que a Enfermagem



assume um papel imprescindível dentro da equipe de saúde por ser a voz que lidera o movimento de garantia e proteção da dignidade do indivíduo como pressuposto constitucional, por conseguir garantir a saúde como direito de todos os cidadãos rondonienses.

- 2.4.** Por fim, visualizamos o I Simpósio dos Responsáveis Técnicos de Enfermagem e Gestão dos Serviços de Enfermagem do Estado de Rondônia como um evento que reflete a disposição desta autarquia em identificar a realidade presente no cenário local e de sensibilização com a problemática em estudo, de modo a reafirmar a importância da Enfermagem dentro do processo e no cuidado da vida como um todo, meio pelo qual será possível traçar estratégias e metas que visam promover as reais mudanças que tanto se espera, contribuindo para a criação de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.
- 2.5.** O público alvo do evento a ser realizado é composto por Enfermeiros gestores dos serviços de saúde, dentre eles (Gerentes e Coordenadores de Enfermagem), de modo que, com a execução do projeto, pretende-se alcançar no total 300 profissionais. Assim foi motivada a necessidade de contratação de empresa para realizar os serviços de organização com suporte técnico correlato para realização do evento, segundo as especificações contidas neste instrumento que atenderão perfeitamente a realização da desse evento, conforme consta na Projeto desenvolvido para realização do evento.

2 FUNDAMENTO LEGAL

- 3.1 A contratação de pessoa jurídica, para execução dos serviços, objeto deste Termo, se enquadra como serviço comum, de caráter provisório, e encontra amparo legal na Lei nº 10.520, de 07 de julho de 2002; no Decreto nº 5.450 de 31 de Maio de 2005, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

4 REQUISITOS PARA LOCAL DO EVENTO

- 4.1 O local onde o evento será realizado deverá comportar 100% do quantitativo de participantes do evento na realização dos coffes breaks, evitando distanciamento, dispersão e prejuízos aos objetivos propostos, visto que possui conceito de imersão.

5 SERVIÇOS

5.1 Espaço físico

Item	Tipo	Check-in	Check-out	Qtde.	Qtde. diárias
1	LOCAL – Espaço físico/Auditório com cadeiras acolchoadas para 300 pessoas e uma mesa de plenário para até 8 pessoas,	28/11/2019	29/11/2019	1	2



estrutura mínima contendo: Local para recepção e credenciamento, iluminação, estrutura elétrica, Wifi (60Mb), sala de reunião que comporte até 10 pessoas, espaço para realização ampla e adequada de coffe break e jantar institucional para as 300 pessoas.				
---	--	--	--	--

- a) Todos os ambientes deverão ter refrigeração suficiente para manter temperatura agradável, de acordo com o número de pessoas quantificadas em cada recinto, bem como mobiliário completo, inclusive para recepção/área do credenciamento.
- b) A sala para coordenação deverá ter porta com fechadura e a chave disponibilizada para responsável indicado pelo Coren.
- c) A sala disponível deve estar, preferencialmente, no mesmo pavimento do Auditório, sendo proibido o uso de biombos ou quartos para hóspedes como salas de apoio, visando facilitar a dinâmica do evento e a acessibilidade de participantes portadores de necessidades especiais.

5.2 Infraestrutura local do evento

- 5.2.1 **Auditório:** deverá ter capacidade mínima e cadeiras acochadas para que 300 pessoas se acomodem confortavelmente, em formato escolar, ser livre de colunas e ter o pé direito mínimo de 3,5 m, a fim de garantir acessibilidade e mobilidade dos participantes; além de disponibilidade física e elétrica para instalação de equipamentos e estrutura de iluminação e som.
- 5.2.2 **Sala para Reunião:** deverá ter capacidade para 10 pessoas sentadas em formato auditório, além de disponibilidade física e elétrica para instalação de equipamentos e iluminação.
- 5.2.3 **Salão para Coffe Break:** O local onde serão realizadas as atividades deverá dispor de ambiente para servir os coffe breaks que comporte as 300 (trezentos) pessoas por dia, de forma confortável e espaço para circulação sem tumulto durante os dois dias de evento, com toda estrutura e suporte adequado, considerando o estabelecido no item 4 deste instrumento.
- 5.2.4 **Salão para Jantar Institucional:** deve comportar, no mesmo ambiente, 300 pessoas sentadas, em ambiente privativo, com espaço para circulação. A Contratada será responsável pelos custos e estrutura, incluindo montagem de som/sistema de sonorização e de iluminação e sua manutenção durante o evento, com duração prevista de 4 horas.

Disponibilização de equipamentos/itens abaixo, em pleno funcionamento, no dia 29/11/2019:

- 01 (uma) atração cultural, que deverá se apresentar em palco ou praticável, incluindo os sistemas de sonorização e iluminação;
- 05 (cinco) tendas, incluindo montagem e desmontagem (medindo 5x5m);
- 03 (três) climatizadores;
- 300 (trezentos) cadeiras sem braço em estrutura tubular metálica em aço almofadada;
- 38 (trinta e oito) mesas retangulares com estrutura de ferro medindo no mínimo 1,5x 0,45m, a serem utilizadas no jantar institucional;
- 38 (trinta e oito) toalhas/cobre manchas, para mesas que comportem até 08 pessoas, cor a ser definida pela comissão do evento.



- 5.2.5 A estrutura e itens (listados a seguir) deverão estar disponível para montagem e teste no dia 27/11/19 e para utilização nos dias 28 e 29 de novembro de 2019:
- 01 (uma) mesa plenária em “I” que comporte 08 (oito) pessoas sentadas, localizada em palco fixo de, no mínimo, 6m x 3m x 0,5m, ou espaço disponível nessas dimensões para montagem de praticável, para o auditório;
 - 06 (seis) microfones *wireless* (sem fio), com pilhas e/ou baterias reservas em quantidade suficiente para todo o período de duração do evento;
 - 01 (uma) tribuna em acrílico ou vidro (60 cm aproximadamente, altura: entre 1,15 á 125 cm) com suporte/prateleiras para copos, colocação em local designado pela administração;
 - 02 (dois) projetores multimídia com potência e resolução mínima de 4.500 Ansilúmens tecnologia DLP ou LCD, com entrada HDMI para transmissão simultanea de vídeos, com tripé ou suporte para piso e teto;
 - 02 (duas) telas de 180”, acompanhada de tripé adequado ou estrutura box truss;
 - 1 (uma) mesa de som completa, no mínimo 08 canais, com cabos e acessórios necessários ao perfeito funcionamento de todos os equipamentos necessário à realização do seminário, para o auditório;
 - 02 (duas) caixas de som amplificadas com alto falantes woofer de 12” e tweeter, potência mínima de 250 watts rms, instaladas sob pedestral.
 - 05 (cinco) poltronas, tipo talk show (modelo e cor a ser aprovado pela contratante).
 - 01 (um) palco praticável, estrutura medindo 4x4, carpetado e com escadas de acesso, atendendo normas de segurança vigente, incluindo despesas de transporte montagem e desmontagem.

- 5.3.6 **Internet:** estar disponível o acesso à internet via wireless (sem fio) com ponto externo, com pelo menos 60 MB de velocidade em todos os espaços do local.

Obs.1: Todos os equipamentos técnicos requeridos nos subitens acima serão utilizados no período discriminado neste Termo, devendo já estar disponíveis e em funcionamento nas datas previstas para cada ambiente.

Obs.2: Deverá ser fornecido mobiliário completo para recepção e salas de apoio.

5.4 Ornamentação/Decoração

Decoração (28 e 29 de novembro de 2019):

- 01 (um) arranjo grande com flores nobre naturais para uso na mesa da solenidade, a ser substituído, se houver necessidade, abertura e encerramento do evento (medida mínima de 1,0x0,30m);
- 06 (seis) arranjos com flores naturais a serem utilizadas na entrada do auditório e no jantar institucional, acondicionadas em tripé ou outro tipo de suporte com no mínimo 80 cm de comprimento;
- 38 (trinta e oito) Arranjo floral para centro de mesa, montado em base de cipó, rafis ou solitário (palha vidro ou madeira), utilizando flores nobres, com folhagens diversas, a ser utilizado no jantar institucional modelo deverá ser aprovado pela contratante;
- Lounge com: 02 poltronas, 02 sofás, 04 cadeiras confortáveis, 01 mesa de centro e 01



mesa de aproximadamente 3m de comprimento, a ser utilizado no jantar institucional.

6.4 Serviços de apoio/Recursos Humanos

- **Técnico de equipamentos audiovisuais:** 01 (um) profissional capacitado para instalação, operação e manutenção de equipamentos audiovisuais (incluindo sonorização e projeção) adequados para realização dos serviços.

- **Recepcionista:** 04 (quatro) profissionais capacitados (as) para prestar auxílio durante todo o evento, executando as seguintes atividades: recepcionar os convidados e participantes, determinar lugares marcados, assessorar a distribuição de microfones, auxiliar no credenciamento e na distribuição de materiais, auxiliar no esclarecimento de dúvidas e informações, dentre outras atividades. Os (as) profissionais devem possuir experiência em recepção, escolaridade de, pelo menos, nível médio, além de características pessoais, como dinamismo e simpatia. Traje: terno, vestido ou uniforme (cor preta) e sapato social (cor preta).

- **Garçons:** 10 (dez) profissionais capacitados e experientes devidamente uniformizados, para coquetel de abertura e encerramento.

Obs.1: A Contratada deverá controlar a escala de trabalho dos profissionais, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, além do previsto na legislação, respeitando a carga horária de cada profissão.

6.5 Serviços de Alimentação

6.5.1 Refere-se aos dias e aos itens mínimos necessários de alimentação e bebida durante o evento para aproximadamente 300 pessoas.

6.5.1.1 **Jantar Institucional:** A refeição deverá ser servida no dia 28 de novembro de 2019, para 300 (trezentos) pessoas de acordo com os itens estabelecidos na sugestão mínima de cardápio que deverá ser aprovado pela comissão organizadora do evento.

6.5.1.1.1 Sugestão de cardápio mínimo para jantar:

- 2 (duas) opções de pratos frios (saladas/cremes/mousses e/ou frutas).
- 2 (dois) tipos de carnes (vermelha, branca e/ou pescado).
- (um) tipo de massa recheada.
- 1 (um) tipo de molho.
- 2 (dois) tipos de guarnições.
- 2 (dois) tipos de sobremesas.
- Bebidas: água, refrigerante normal e diet, 2 (duas) opções de suco de frutas naturais.
- Coquetel de frutas não alcoólico.

6.5.2 **Coffee break:** para 300 pessoas que estarão no evento durante os dias 28 e 29 de novembro de 2019.



6.5.2.1 Sugestão de itens mínimos para os Coffee break:

1. Água mineral - Bebidas quentes, como por exemplo, café, leite, chá, entre outros.
2. Sucos de fruta natural. - Refrigerante (normal e dietético) de primeira linha.
3. Itens salgados e doces, como por exemplo: mini sanduíche, pão de queijo, coxinha, quibe, croissant, esfirra, bolo (normal e dietético), mousse de fruta, entre outros.
4. Salada de frutas.
5. Mingau.

6.5.3 Apoio/Auditório:

Dias 28/11 á 29/11/2019: Água mineral sem gás: em galão, com copos descartáveis suficientes (200 ml), ou em copos ou garrafas lacradas, em quantidade suficiente por todo o período do evento.

6.5.3.1 A quantidade solicitada é meramente estimativa, a contratada deverá repor, sempre que for necessário, principalmente, os copos descartáveis nas quantidades suficientes para atender a demanda.

6.5.4 A Contratada deve fornecer toalhas de mesa, em tamanhos e quantidades suficientes para as mesas de abertura, *coffee break*, preferencialmente na cor branca, devendo mantê-las sempre limpas e em bom estado de conservação durante a realização do evento.

Obs 1. Louças, talheres, cestas, bandejas, guardanapos, toalhas (cor branca ou preta) ou qualquer outra estrutura para a realização do evento, no tocante ao itens de alimentação, são de responsabilidade da Contratada;

6.5.5 Todos os serviços de “alimentação” devem ser executados sob orientação de Nutricionista ou Responsável Técnico, observando as condições de higiene e segurança no preparo dos alimentos;

6.5.6 A Contratada deverá manter equipe técnica para orientação sobre os procedimentos de recebimento e armazenamento dos gêneros alimentícios, preparo e distribuição dos alimentos nos locais especificados, assegurando a qualidade dos serviços e o alcance dos níveis nutricionais;

6.5.7 Deverá ainda, contratar e manter funcionários em número suficiente para garantir o bom funcionamento do serviço de alimentação e nutrição, o cumprimento dos cardápios estabelecidos e todas as atividades correlatas;

6.5.8 A Contratada deverá supervisionar, treinar, qualificar e uniformizar o seu pessoal, observando a legislação trabalhista, previdenciária, assistencial e sanitária, além de providenciar Atestado de Saúde específico para os manipuladores de alimentos;



- 6.5.9 É de responsabilidade da Contratada, afastar os empregados cuja permanência no serviço for julgada inconveniente, correndo por conta única e exclusiva da empresa quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciários, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa decorrer. Os empregados afastados deverão ser substituídos por outros, de categoria profissional idêntica;
- 6.5.10 A Contratada deverá fazer cumprir, pelo pessoal, as normas disciplinares e de segurança, através de recomendações ou de instruções escritas, e observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, além de responder civil e criminalmente, por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais ou pessoais causados ao COREN, seus servidores, colaboradores ou terceiros, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados, incluindo intoxicação alimentar causada aos comensais.

Obs 1. O evento ocorrerá nos dias 28 á 29/11/2019 no município de Porto Velho/RO, em conformidade com o projeto básico elaborado pela coordenação do evento;

Obs 2. Cronograma e datas sujeitos a alteração á critério da coordenação do evento.

7 DA VISTORIA

- 7.1 Após declarada a vencedora do certame, a comissão nomeada pelo COREN fará uma diligência no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para vistoriar o local indicado pela proponente vencedora, para avaliação técnica de compatibilidade e de qualidade do espaço para o evento e das hospedagens;
- 7.2 Na ocasião da vistoria, o local a ser contratado deverá apresentar licença de funcionamento e atestado de vistoria (dentro do prazo de validade) expedido pelo órgão de controle;
- 7.3 A comissão terá acesso a todas as dependências sociais do local, inclusive a cozinha para verificação das condições sanitárias;
- 7.4 Uma vez aprovada pela comissão, a licitante vencedora será adjudicada, caso contrário, será desclassificada e chamada a licitante subsequente para uma nova diligência.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:
- 8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente deste Termo;
- 8.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;
- 8.1.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor



- especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.1.4 Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 8.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executados fora da especificação ou com problemas;
- 8.1.6 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

9 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

- 9.1.1 Indicar, quando da retirada da nota de empenho, o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação em Porto Velho/RO, ou enviar um representante em loco para tratar pessoalmente assuntos pertinentes à organização do evento;
- 9.1.2 Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativas e quantitativas estipulados neste Termo de Referência;
- 9.1.3 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- 9.1.4 Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do COREN, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 9.1.5 Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material no qual forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, em até 2 horas;
- 9.1.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia autorização do COREN;
- 9.1.7 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo COREN;
- 9.1.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.1.9 Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;



- 9.1.10 Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus colaboradores;
- 9.1.11 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham serem vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;
- 9.1.12 Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital e seus Anexos;
- 9.1.13 A contratada é plenamente responsável pela qualidade e validade das refeições que serão servidas durante os dias de evento. Deverá existir um responsável capacitado que observe as condições de higiene e segurança no preparo dos alimentos;
- 9.1.14 Efetuar a reposição dos profissionais, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, além do previsto na legislação,

10 DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 A fiscalização da execução do objeto do contrato será exercida por servidor nomeado pelo Contratante, nos termos do artigo 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;
- 10.2 Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência;
- 10.3 A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

11 DA ADJUDICAÇÃO

- 11.1 O julgamento das propostas de preços será pelo critério do **MENOR PREÇO POR GRUPO**, sendo declarada vencedora a Licitante que apresentar o Menor Preço e que atender a todos os requisitos e exigências do certame.
- 11.2 Para o **GRUPO I** não se aplica a adjudicação por item, por existir o entendimento da, área demandante (Comissão Organizadora do Evento) e que possui know-how, de que haveria perda de economia de escala.
- 11.3 Ainda segundo a Comissão Organizadora do Evento, considera-se que o **GRUPO I** pequenas quantidades em seus itens, fato que possivelmente tornaria a licitação desinteressante para o mercado, a adjudicação por preço total do grupo não só atrairá mais licitantes, como também possibilitará redução do preço de escala, já que uma única empresa fornecendo todos os materiais reduz consideravelmente o frete unitário e, por conseguinte, o valor total será mais vantajoso ao **COREN**.
- 11.4 Também sob a perspectiva da Comissão Organizadora do Evento, impende lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, por ser o mais adequado não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas, sobretudo, em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto.



11.5 Por fim, cumpre salientar que entende-se não haver dano aos princípios constitucionais que norteiam o procedimento, como também às demais legislações aplicáveis.

11.6 A empresa deverá apresentar um escritório ou representante no município de Porto Velho/RO para que a Comissão Organizadora do Evento, resolva assuntos pertinentes pessoalmente evitando transtornos através de telefonemas o que pode dificultar e comprometer a realização das atividades.

12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.

12.1.1 Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

12.1.2 O não envio das certidões juntamente com as notas fiscais, ou ainda que as mesmas estejam disponíveis para emissão, não desobriga o COREN de efetuar o pagamento das Notas Fiscais que constem serviços devidamente prestados e atestados pelo gestor do Contrato.

12.2 Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

12.3 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

12.4 Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do COREN, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

13 DAS PENALIDADES

13.1 A Contratada estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser



aplicadas nas seguintes hipóteses:

13.1.1 Comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;

13.1.2 Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao COREN.

13.2 No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

13.2.1 Advertência;

13.2.2 Multa de:

13.2.2.1 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.2.2 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o COREN pelo prazo de até dois (2) anos.

13.3 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo COREN, a Contratada ficará isenta das penalidades supramencionadas.

13.4 A multa, citada acima, será recolhida diretamente ao COREN, no prazo máximo de quinze (15) dias corridos contados do recebimento da notificação; ou descontada dos pagamentos.

13.5 Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, e no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a licitante e a adjudicatária que:

13.5.1 Não assinar contrato quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.5.2 Apresentar documentação falsa;

13.5.3 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

13.5.4 Não mantiver a proposta;

13.5.5 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.5.6 Comportar-se de modo inidôneo;

13.5.7 Fizer declaração falsa;

13.5.8 Cometer fraude fiscal.

13.6 As sanções de multa poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o COREN, e impedimento de



licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.7 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.

14 VIGÊNCIA

14.1. Para a prestação dos serviços aqui especificados, o contrato decorrente do presente Termo de Referência terá o prazo de vigência contado a partir da data de sua assinatura até a conclusão do objeto, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

15 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MODALIDADE LICITATÓRIA

15.1A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.2 Pelo fato do objeto ter características comuns, uma vez que a caracterização dos produtos e serviços enseja definições objetivas com base em especificações de serviços de mercado, recomenda-se que seja adotada a modalidade pregão na forma eletrônica, pelo critério do Menor Preço.

16 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Contratante à continuidade do contrato.

17 DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

17.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto desta licitação, ocorrerão pela **rubrica nº. 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.028 Congressos, Convenções, Conferências, Seminários e Simpósios**, e serão alocados pelo Departamento Financeiro.

18 DA PROPOSTA DE PREÇOS

18.1 A proposta de preços deverá atender aos seguintes requisitos:

18.1.1 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

18.1.2 Conter especificação clara e completa do serviço ofertado, observadas as especificações constantes deste Termo;

18.1.3 Conter os preços unitários e o preço global dos itens descritos neste Termo. Os preços devem ser expressos em R\$ (reais) com aproximação de até



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

duas casas decimais.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O valor final para o cumprimento do objeto do presente Termo de Referência será definido após a Cotação Prévia de Preços.

19.2 O Contratante poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da proposta da Contratada.

19.3 O COREN se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local dos serviços, e a ele destinados.

Porto Velho – RO, 07 de outubro de 2019.

Ordenador de despesa: Aprovo o presente termo de referência e autorizo a realização da licitação.

Responsável pela elaboração:

Dr. Laelson Pedrosa Moreira Luna
Assessor Especial da Presidente

Dra. Silvia Maria Neri Piedade
Presidente do COREN-RO



ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA
PROCESSO Nº 147/2019

A proponente deverá preencher os itens da Planilha de Formação de Preços respectiva, conforme indicado na tabela a seguir. Nos valores informados deverão estar compreendidos, além dos tributos, todos e quaisquer encargos que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

1. DESCRIÇÃO DOS GRUPOS:

GRUPO I							
ESPAÇO FÍSICO/LOCAL DO EVENTO							
Item	Descrição	Quantidade	Quantidade de diárias	Valor Unitário por dia	Valor Total do Item		
1	<ul style="list-style-type: none">LOCAL – Espaço físico/Auditório com cadeiras acolchoadas para 300 pessoas e uma mesa de plenário para até 8 pessoas, estrutura mínima contendo: Local para recepção e credenciamento, iluminação, estrutura elétrica, Wifi (60Mb), sala de reunião que comporte até 10 pessoas, espaço para realização ampla e adequada de coffe break e jantar institucional para as 300 pessoas.	1	2	2.296,67	4.593,34		
INFRAESTRUTURA FÍSICA							
Item	Descrição (descrição detalhada: atender a especificação contida no item 4 do termo de referencia)	Local de Instalação	Quantidade	Medida	Diárias	Valor Unitário	Valor Total do Item R\$
2	TRIBUNA/PULPITO – Em acrílico incolor largura: 60cm aproximadamente, altura: entre 1,15 á 1,25 cm, com suporte/prateleiras para copos, colocação em local designado pela administração.		1			112,57	225,14



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

3	PROJETOR MULTIMIDIA – Com mínimo de 4.500 Ansilúmens tecnologia DLP ou LCD, com entrada HDMI para transmissão simultânea de vídeos, com tripé ou suporte para piso e teto.	Auditório	2	UN	2	225,00	900,00		
4	TELA DE PROJEÇÃO - Tela com mínimo de 180 polegadas, acompanhada de tripé adequado ou estrutura box truss.		2			191,67	766,68		
5	MICROFONE - Sem fio a pilha ou bateria de responsabilidade da contratada.		6			50,23	602,76		
6	CAIXA DE SOM - Amplificada com alto falantes woofer de 12 polegadas e tweeter, potência mínima de 250 watts rms, instaladas sob pedestal.		2			185,00	740,00		
7	MESA DE SOM – Completa mínimo 8 canais, com cabos e acessórios necessários ao perfeito funcionamento.		1			92,30	184,60		
8	LOCAÇÃO DE POLTRONAS – Tipo talk show (modelo a ser aprovado pela contratante), para ser utilizada na sala de reuniões.		5			127,78	1.277,80		
9	PALCO/PRATICAVEL – Locação de estrutura medindo 4x4m, carpetado e com escada de acesso, atendendo normas de segurança vigente, incluindo despesas de transporte montagem e desmontagem.		1			1.021,38	2.042,76		
10	TENDAS – Locação, montagem e desmontagem tamanhos de 5x5m.		Jantar Institucional			5	1	173,33	866,65
11	CLIMATIZADOR – Locação de equipamento para utilização no jantar institucional.					3		186,67	560,01
12	ARRANJO FLORAL MESA SOLENIDADE – Flores naturais nobres com montadas na mesa principal do evento contendo o mínimo de 1,0x0,30m, para abertura e encerramento do evento.	Decoração Auditório/ Jantar Institucional	2	UN	--	130,67	261,34		
13	ARRANJO PARA CHÃO – Flores naturais a serem utilizadas na entrada do auditório e no jantar institucional, acondicionadas em tripé ou outro tipo de suporte com no mínimo 80cm de comprimento.		6		162,66	975,96			
14	CENTRO DE MESA – Arranjo floral para centro de mesa, montado em base de cipó, rafis ou solitário (palha, vidro ou madeira), utilizando flores nobres, com folhagens diversas, a ser utilizado no jantar institucional modelo deverá ser aprovado pela contratante.		38		1	65,15	2.475,70		
15	LOCAÇÃO CADEIRAS – Sem braço em estrutura tubular metálica em aço almofada.		300		1	3,57	1.071,00		
16	LOCAÇÃO MESAS – Retangulares com estrutura de ferro medindo no mínimo 1,5x0,45m, a serem utilizadas no jantar institucional		38		1	96,00	3.648,00		
17	LOCAÇÃO TOALHAS/COBRE		38		1	5,00	190,00		



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

	MANCHAS – Toalhas para mesas que comportem até 08 pessoas, cor a ser definida pela comissão do evento, a ser utilizada no jantar institucional.						
18	LOUNGE DECORATIVO – Composto: 02 poltronas, 02 sofás, 04 cadeiras confortáveis, 01 mesa de centro e 01 mesa de aproximadamente 3m de comprimento.		1		1	1.561,67	1.561,67
INFRAESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS							
Item	Descrição (descrição detalhada: atender a especificação contida no item 4 do termo de referencia)	Quantidade	Período	Medida	Quantidade e de Dias	Valor Unitário R\$	Valor Total do Item R\$
19	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO AUDIVISUAL - Profissional com experiência na atividade de operação de equipamentos audiovisuais e demais equipamentos eletroeletrônicos.	1	Durante os dias 28 e 29/11/19	Profissional	2	116,74	233,48
20	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS – Profissional capacitado para atendimento ao público devidamente uniformizado.	4				138,00	1.104,00
21	SERVIÇOS DE GARÇON – Profissional capacitado e uniformizado.	10	Jantar Institucional 28/11/2019		1	102,31	1.023,10
22	ATRAÇÃO CULTURAL – Apresentação durante o jantar institucional, com equipamento de som e suporte técnico.	1				3.216,67	3.216,67
SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO							



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

Item	Descrição (descrição detalhada: atender a especificação contida no item 4 do termo de referencia)	Quantidade	Quantidade de pessoas por dia	Medida	Valor Unitário R\$	Valor Total do Item R\$
23	COFFEE BREAK – A ser realizado nos dias 28 e 29/11.	2	300	P/ Pessoa	20,40	12.240,00
24	JANTAR INSTITUCIONAL – Realizada no dia 28/11, jantar completo (alimentos e bebidas e todo suporte necessário, cardápio deverá ser aprovado pela comissão do evento).	1	300		45,06	13.518,00
25	AGUA MINERAL – Acondicionada em garrafas/copos descartáveis gelada e em temperatura ambiente disponibilizada no auditório nos dias 28 e 29/11.	1	300		2,63	1.578,00
VALOR GLOBAL DO GRUPO I R\$						R\$ 55.856,66

Obs. 1.: A CONTRATADA deverá atentar-se para todas as descrições dos ITENS contidas no ANEXO I DO EDITAL.



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

ANEXO II DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA PROCESSO Nº 147/2019

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

1. DADOS DO PROPONENTE:

- 1.1. Razão Social;
- 1.2. CNPJ;
- 1.3. Endereço;
- 1.4. Telefones;
- 1.5. E-mail;
- 1.6. Contatos;
- 1.7. Dados bancários para pagamento.

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

2.1. Valor total estimado para o GRUPO _____ é de R\$ _____
(_____).

1. DESCRIÇÃO DO GRUPO:

GRUPO I					
ESPAÇO FÍSICO/LOCAL DO EVENTO					
Item	Descrição	Quantidade	Quantidade de diárias	Valor Unitário por dia	Valor Total do Item
1	<ul style="list-style-type: none">• LOCAL – Espaço físico/Auditório com cadeiras acolchoadas para 300 pessoas e uma mesa de plenário para até 8 pessoas, estrutura mínima contendo: Local para recepção e credenciamento, iluminação, estrutura elétrica, Wifi (60Mb), sala de reunião que comporte até 10 pessoas, espaço para realização ampla e adequada de coffe break e jantar institucional para as	1	2		



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

	300 pessoas.						
INFRAESTRUTURA FÍSICA							
Item	Descrição (descrição detalhada: atender a especificação o contida no item 4 do termo de referencia)	Local de Instalação	Quantidade	Medida	Diárias	Valor Unitário	Valor Total do Item R\$
2	TRIBUNA/PULPITO – Em acrílico incolor largura: 60cm aproximadamente, altura: entre 1,15 á 1,25 cm, com suporte/prateleiras para copos, colocação em local designado pela administração.	Auditório	1	UN	2		
3	PROJETOR MULTIMIDIA – Com mínimo de 4.500 Ansilúmens tecnologia DLP ou LCD, com entrada HDMI para transmissão simultânea de vídeos, com tripé ou suporte para piso e teto.		2				
4	TELA DE PROJEÇÃO - Tela com mínimo de 180 polegadas, acompanhada de tripé adequado ou estrutura box truss.		2				
5	MICROFONE - Sem fio a pilha ou bateria de responsabilidade da contratada.		6				
6	CAIXA DE SOM - Amplificada com alto falantes woofer de 12 polegadas e tweeter, potência mínima de 250 watts rms, instaladas sob pedestal.		2				
7	MESA DE SOM – Completa mínimo 8 canais, com cabos e acessórios necessários ao perfeito funcionamento.		1				
8	LOCAÇÃO DE POLTRONAS – Tipo talk show (modelo a ser aprovado pela contratante), para ser utilizada na sala de reuniões.		5				
9	PALCO/PRATICAVEL – Locação de estrutura medindo 4x4m, carpetado e com escada de acesso, atendendo normas de segurança vigente, incluindo despesas de transporte montagem e desmontagem.		1				
10	TENDAS – Locação, montagem e desmontagem tamanhos de 5x5m.		Jantar Institucional			5	
11	CLIMATIZADOR – Locação de equipamento para utilização no jantar institucional.	3					
12	ARRANJO FLORAL MESA SOLENIDADE – Flores naturais nobres com montadas na mesa principal do evento contendo o mínimo de 1,0x0,30m, para abertura e encerramento do evento.		2		--		



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

13	ARRANJO PARA CHÃO – Flores naturais a serem utilizadas na entrada do auditório e no jantar institucional, acondicionadas em tripé ou outro tipo de suporte com no mínimo 80cm de comprimento.	Decoração Auditório/ Jantar Institucional	6	UN		
14	CENTRO DE MESA – Arranjo floral para centro de mesa, montado em base de cipó, rafis ou solitário (palha, vidro ou madeira), utilizando flores nobres, com folhagens diversas, a ser utilizado no jantar institucional modelo deverá ser aprovado pela contratante.		38		1	
15	LOCAÇÃO CADEIRAS – Sem braço em estrutura tubular metálica em aço almofada.		300		1	
16	LOCAÇÃO MESAS – Retangulares com estrutura de ferro medindo no mínimo 1,5x0,45m, a serem utilizadas no jantar institucional		38		1	
17	LOCAÇÃO TOALHAS/COBRE MANCHAS – Toalhas para mesas que comportem até 08 pessoas, cor a ser definida pela comissão do evento, a ser utilizada no jantar institucional.		38		1	
18	LOUNGE DECORATIVO – Composto: 02 poltronas, 02 sofás, 04 cadeiras confortáveis, 01 mesa de centro e 01 mesa de aproximadamente 3m de comprimento.		1		1	

INFRAESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

Item	Descrição (descrição detalhada: atender a especificação contida no item 4 do termo de referência)	Quantidade	Período	Medida	Quantidade e de Dias	Valor Unitário R\$	Valor Total do Item R\$
19	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO AUDI VISUAL - Profissional com experiência na atividade de operação de equipamentos audiovisuais e demais equipamentos eletroeletrônicos.	1	Durante os dias 28 e 29/11/19		2		
20	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS – Profissional capacitado para atendimento ao público	4		Profissional			



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

	devidamente uniformizada.					
21	SERVIÇOS DE GARÇON – Profissional capacitado e uniformizado.	10	Jantar Institucional 29/11/2019		1	
22	ATRAÇÃO CULTURAL – Apresentação durante o jantar institucional, com equipamento de som e suporte técnico.	1				
SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO						
Item	Descrição (descrição detalhada: atender a especificação contida no item 4 do termo de referencia)	Quantidade	Quantidade de pessoas por dia	Medida	Valor Unitário R\$	Valor Total do Item R\$
23	COFFEE BREAK – A ser realizado nos dias 28 e 29/11.	2	300	P/ Pessoa		
24	JANTAR INSTITUCIONAL – Realizada no dia 28/11, jantar completo (alimentos e bebidas e todo suporte necessário, cardápio deverá ser aprovado pela comissão do evento).	1	300			
25	AGUA MINERAL – Acondicionada em garrafas/copos descartáveis gelada e em temperatura ambiente disponibilizada no auditório nos dias 28 e 29/11.	1	300			
VALOR GLOBAL DO GRUPO I R\$						R\$

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1. Informar o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. DECLARAÇÕES:

4.1. Declaro que, nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive seguros de transporte, tributos e encargos de qualquer natureza e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento integral do objeto deste Edital;



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

4.2. Declaro que a oferta atende às exigências e especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

(Cidade – UF), de de .

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

ANEXO III DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA PROCESSO Nº 147/2019

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto nas Resoluções CNMP n.º 01/2005 (art. 4º) e nº 07/2006 (art.1º), que não tem como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia – COREN-RO, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive.

(Cidade – UF), de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

ANEXO IV DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA PROCESSO Nº 147/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SIMPLES NACIONAL

(Art. 12 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006)

Ao
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA – COREN
Rua Marechal Deodoro, 2621 – Centro.
Porto Velho – RO

NOME DA EMPRESA, com sede na Rua xxxx, n. xxx, bairro xxxx inscrita no CNPJ n. xxxxx, DECLARA ao Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere ao art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar a sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

(Cidade – UF), de de .

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

**ANEXO V DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA
PROCESSO Nº 147/2019**

**MODELO DE DECLARAÇÃO
(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)**

....., inscrito no CNPJ nº....., no intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ().

(Cidade – UF), de de .

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

**ANEXO VI DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA
PROCESSO Nº 147/2019
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. _____/2019

**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO
REGIONAL DE ENFERMAGEM –
COREN E A SOCIEDADE
EMPRESÁRIA**

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM – COREN, Entidade fiscalizadora do exercício profissional *ex vi* da Lei nº. 5.905, de 12/07/1973, com sede na Rua Marechal Deodoro, 2621, CEP: 76.801-106, CNPJ nº. 34.476.101/0001-55, representado, neste ato, por sua Presidente **Dra. SILVIA MARIA NERI PIEDADE**, brasileira, enfermeira, portador da carteira COREN/RO nº. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____, e por seu 1º Tesoureiro **Dra. HOSANA MARIA PINTO**, brasileira, enfermeira, portador da carteira profissional COREN/RO nº. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Senhor (a) (inserir nome completo), portadora da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e CPF nº _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social). Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no PAD nº 147/2019 (Pregão Eletrônico 08/2019), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente edital tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, ALIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE EVENTO.
- 1.2 A contratação visa à realização do I SIMPÓSIO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE RONDÔNIA, conforme condições, especificações, e cronograma cuja as descrições estão presente no ANEXO I DO EDITAL.
- 1.3 O local para realização do evento deverá ser do mesmo que fornecer os serviços de alimentação e infraestrutura do evento.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá o prazo de vigência contado a partir da data de sua assinatura até a conclusão do objeto, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 3.1 O valor global deste Contrato é de R\$ _____ (____), grupo _____, conforme descrição dos itens contidos no ANEXO I do Edital, já inclusos todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.
- 3.2 A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.
- 3.3 Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 3.4 O não envio das certidões juntamente com as notas fiscais, ou ainda que as mesmas estejam disponíveis para emissão, não desobriga o COREN de efetuar o pagamento das Notas Fiscais que constem serviços devidamente prestados e atestados pelo gestor do Contrato.
- 3.5 Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.
- 3.6 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.
- 3.7 Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.
- 3.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa do COREN, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização inanceira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto desta licitação, ocorrerão pela rubrica nº. 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.028 Congressos, Convenções, Conferências, Seminários e



Simpósios, e serão alocados pelo Departamento Financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

- a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente deste Termo;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executados fora da especificação ou com problemas;
- f) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, de acordo com os serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:

- a) Indicar, quando da retirada da nota de empenho, o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação em Brasília/DF, qualquer que seja seu endereço;
- b) Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;
- c) Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- d) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do COREN, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- e) Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o material no qual forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, em até 2 horas;
- f) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia autorização do COREN;
- g) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo COREN;



- h) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- i) Manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;
- j) Arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previstos na legislação vigente, e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus colaboradores;
- k) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham serem vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;
- l) Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital e seus Anexos;
- m) A contratada é plenamente responsável pela qualidade e validade das refeições que serão servidas durante os dias de evento. Deverá existir um responsável capacitado que observe as condições de higiene e segurança no preparo dos alimentos;
- n) Efetuar a reposição dos profissionais, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, além do previsto na legislação,

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Os serviços deverão ser prestados conforme descrições contidas no ANEXO I do Edital, que foi elaborado em conformidade com o projeto básico do evento.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 A fiscalização da execução do objeto do contrato será exercida por servidor nomeado pelo Contratante, nos termos do artigo 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;
- 8.2 Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no neste Termo;
- 8.3 A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1 A Contratada estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
 - a.comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
 - b.manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao COREN.
- 9.2 No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a



Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

. advertência;

a. multa de:

- 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

b. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o COREN pelo prazo de até dois (2) anos.

9.3 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo COREN, a Contratada ficará isenta das penalidades supramencionadas.

9.4 A multa, citada acima, será recolhida diretamente ao COREN, no prazo máximo de quinze

(15) dias corridos contados do recebimento da notificação; ou descontada dos pagamentos.

9.5 Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, e no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a licitante e a adjudicatária que:

a. não assinar contrato quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

b. apresentar documentação falsa;

c. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d. não mantiver a proposta;

e. falhar ou fraudar na execução do contrato;

f. comportar-se de modo inidôneo;

g. fizer declaração falsa;

h. cometer fraude fiscal.

9.6 As sanções de multa poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o COREN, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

9.7 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO CONTRATO

10.1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 08/2019, bem como à proposta da CONTRATADA, constantes do PAD nº 147/2019.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO



11.1 Este Contrato poderá ser rescindido pelo Contratante, independente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:

- a. O não-cumprimento, ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b. O atraso injustificado no início da execução do serviço;
- c. A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- d. A cessão ou transferência total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com terceiros, a fusão, a cisão ou a incorporação, não admitidas neste Contrato;
- e. O não-atendimento das determinações regulares do empregado do Contratante designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- f. A ocorrência de caso fortuito e força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.
- g. O não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações constantes na Cláusula Sexta;

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados no processo administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste contrato serão dirimidas, nos termos do disposto no art. 55, § 2º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no foro da Seção Judiciária da sede do Contratante, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento de contrato em três vias de igual teor, que vão assinados pelas partes, que se comprometem a cumprir o presente em todas as suas cláusulas e condições, tudo de acordo com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Porto Velho, _____ de _____ de 2019.

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:



Sistema Cofen/Conselhos Regionais - Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5. 905/73

ANEXO VII DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA PROCESSO Nº 147/2019

MINUTA ORDEM DE SERVIÇO Nº

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Rondônia – Coren-RO, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando que após o cumprimento de todas as exigências da legislação pertinente que trata e institui normas para Licitações em conformidade com a Lei n. 10.520/2002, do Decreto n. 5.450/2005, da Lei complementar nº 123/2006, e suas alterações, bem como subsidiariamente, da Lei n. 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis;

Considerando Parecer Técnico Jurídico n._____, constante nos autos, destacando que o procedimento Licitatório está em consonância com a legislação que rege o referido processo, AUTORIZA a Empresa _____, de CNPJ n._____, a fornecer os itens constante no GRUPO_____, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2019 no valor de R\$ _____ conforme modelo da proposta de preços apresentada pela empresa.

DA EXECUÇÃO: (ART.55, Inciso IV)

A Execução se dará após o recebimento da ordem de serviço; Os serviços deverão ser executados em conformidade com o ANEXO I DO EDITAL e realizado o acompanhamento pelo fiscal designado, devendo a empresa emitir nota fiscal que será devidamente certificada.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA (ART. 55,Inciso V)

As despesas correrão a conta da **rubrica nº. 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.028 Congressos, Convenções, Conferências, Seminários e Simpósios**, e serão alocados pelo Departamento Financeiro desta Autarquia.

PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, Inciso VII)

O não cumprimento do objeto implicará na aplicação de penalidades previstas no ITEM 13 do ANEXO I DO EDITAL, em conformidade com os termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666/1993, alteradas pelas Leis 8.883/1994 e 9.648/1998:

- a) **Advertência;**
- b) **Multa;**
- c) **Rescisão do Contrato;**
- d) **Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de Contratar com este Coren-RO;**
- e) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os Prejuízos causados, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.**

Porto Velho-RO, de _____ de 201__

Silvia Maria Neri Piedade
Presidente
COREN-RO n. 63.128